

Cadê os direitos das trans? Desafios enfrentados por jovens mulheres trans no acesso a direitos sociais

Where are trans rights? Challenges faced by young trans women in accessing social rights

Aryel Ken Murasaki¹, Sandra Maria Galheigo²

doi: 10.11606/issn.2238-6149.v34i1-3e228872

Murasaki AK, Galheigo, SM. Cadê os direitos das trans? Desafios enfrentados por jovens mulheres trans no acesso a direitos sociais. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2024 jan.-dez.;34(1-3):e228872.

RESUMO: Jovens mulheres trans compõem um grupo populacional invisibilizado que enfrenta desafios para inserção escolar, no trabalho e no acesso a saúde, estando sujeitas a processos de discriminação, preconceito e violência. Esta pesquisa teve como objetivo conhecer as experiências de vida de jovens mulheres trans e os desafios para a inclusão social e acesso aos direitos. Trata-se de pesquisa qualitativa utilizando entrevistas abertas com quatro jovens mulheres trans de 20 a 26 anos, residentes na cidade de São Paulo. As entrevistas foram transcritas e textualizadas, tendo sido realizada análise temática reflexiva. Foram elaboradas 2 categorias temáticas das quais uma é apresentada neste artigo: *Eu vou procurando esses lugares mais fáceis de conviver com as pessoas*: reconhecimento, acesso a direitos e participação social. Os resultados da pesquisa refletem sobre as experiências de ser trans no que se refere: às vivências escolares com suas potências e discriminações; às experiências de trabalho, que implicam em relações de discriminação, informalidade e precariedade e; à atenção à saúde e aos processos de violências, discriminações e saúde mental. A pesquisa afirma a importância do desenvolvimento de práticas sociais e de saúde mais acolhedoras e emancipatórias, que se baseiem no melhor conhecimento de suas experiências de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas transgêneros. Travestis. Direitos humanos. Juventude. Terapia ocupacional.

Murasaki AK, Galheigo, SM. *Where are trans rights? Challenges faced by young trans women in accessing social rights*. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2024 Jan.-Dec.;34(1-3):e228872.

ABSTRACT: Young trans women make up an invisible population group that faces challenges in entering school, work and access to healthcare, being subject to processes of discrimination, prejudice and violence. This research aimed to understand the life experiences of young trans women and the challenges to social inclusion and access to rights. This is qualitative research using open interviews with four young trans women aged 20 to 26, living in the city of São Paulo. The interviews were transcribed and textualized, and reflective thematic analysis was carried out. Two thematic categories were created, one of which is presented in this article: *I'm looking for those places that are easiest to interact with people*: recognition, access to rights and social participation. The research results reflect on the experiences of being trans with regard to: school experiences with their powers and discrimination; work experiences, which imply relationships of discrimination, informality and precariousness and; to health care and processes of violence, discrimination and mental health. The research affirms the importance of developing more welcoming and emancipatory social and health practices, which are based on better knowledge of their life experiences.

KEYWORDS: Transgender people. Transvestites. Human rights. Youth. Occupational therapy.

1. Serviço de Assistência Especializada – Serviço de Atenção Especializada (SAE Butantã), São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0223-3604>. E-mail: aryel.km@gmail.com

2. Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3295-0188>. E-mail: sandramg@usp.br

Endereço para correspondência: Aryel Ken Murasaki. Rua Dr. Bernardo Guertzenstein, 45, Jardim Sarah, São Paulo, SP, CEP. 05381-020. E-mail: aryel.km@gmail.com

Texto elaborado a partir da dissertação de mestrado profissional “*Luto todo dia por ser quem eu sou*: participação social e o acesso a direitos de jovens mulheres trans”, defendido em 2024, no Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social – Universidade de São Paulo – USP.

Fonte de financiamento: Não houve financiamento

INTRODUÇÃO

Mulheres trans compõem um grupo populacional invisibilizado, enfrentando desafios para inserção escolar, no trabalho e no acesso à saúde, estando sujeitas a processos de discriminação, preconceito e violência. Uma pesquisa sobre pessoas trans na cidade de São Paulo, realizada entre dezembro de 2019 e março de 2021, que entrevistou 1788 pessoas, traçou o perfil sociodemográfico dessa população no município, tendo se dividido entre mulheres trans (48%), travestis (22%), homens trans (24%) e pessoas não binárias (6%). É uma população jovem com 70% estando entre 16 e 35 anos, que em sua maioria, no quesito raça/cor, se declarou parda (34%) e preta (23%), seguida de branca (38%)¹.

O levantamento também aponta que a maioria das mulheres trans e travestis deixa o núcleo familiar até os 20 anos. Entre elas, 31% das mulheres trans e 37% das travestis saem de casa antes dos 15 anos. Ainda, 54% das travestis e 47% de mulheres trans mencionaram brigas, desentendimentos e expulsão como razões para deixarem suas casas¹. Setenta e cinco por cento se declararam solteiras. As pessoas trans em São Paulo apresentam níveis inferiores de escolaridade em comparação com a população geral¹.

Sousa e colaboradores² também assinalam que muitas travestis saem de casa antes dos 18 anos por conta de conflitos familiares em relação à sua identidade de gênero. Além disso, possuem baixa escolaridade e menor renda se comparadas a população geral, e encontram dificuldades no acesso aos serviços de saúde³⁻⁷.

No que se refere aos marcos legais e de políticas públicas, o Brasil possui um conjunto destes voltados à população de *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos*, entre outros (LGBTI+)¹, que foram conquistadas ao longo dos anos, entre os quais serão apresentados alguns. Em 2008, foi realizada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais por meio da qual várias políticas foram instituídas⁸. Uma das políticas advindas da conferência foi a instituição do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) (que foi alterado em 2013 pela portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013)⁹⁻¹⁰. Este foi um marco importante para a população trans, pois ele possibilita o acesso à hormonização, a tecnologias de modificação corporal, a partir de uma perspectiva integral de saúde.

Em 2011, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis*

e Transexuais¹¹ constituiu-se em mais uma política que veio reforçar o processo transexualizador de modo a garantir maior acesso das pessoas LGBTI+ ao SUS e a combater o preconceito e a discriminação. Em 2016, uma importante conquista foi o decreto presidencial nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional¹².

Mesmo com esses avanços iniciais, estudos continuaram a mostrar a dificuldade e a existência de barreiras de acesso a direitos dessa população⁴⁻⁷. Apesar das conquistas via poder Executivo, o poder Legislativo ainda apresenta muita resistência favor dos direitos LGBTI+, com nenhum projeto de lei aprovado no Congresso Nacional até então. Todavia, o poder Judiciário tem auxiliado no avanço dos direitos LGBTI+¹³ como o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo, em 2011, e do casamento civil, em 2013. O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou avanços como mencionados por Quinhalha¹³:

Adoção por casais homoafetivos (2015), direito à identidade de gênero diretamente nos cartórios, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual (2018), criminalização da LGBTfobia (2019), doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (HSH) (2020), constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas (2020), bem como o direito à escolha para presas transexuais e travestis em cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino (2021) (p. 134).

Em janeiro de 2023, o Brasil instituiu a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outras (SLGBTQIA+) no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com foco na promoção e defesa dos direitos dessa população¹⁵. Com esta secretaria, pela primeira vez esse grupo foi inserido no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 em duas grandes áreas: promover empregabilidade e renda e constituir rede de promoção, proteção e defesa dessas pessoas. Ainda, instituiu-se também o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e há a estimulação da construção de conselhos municipais e estaduais. Os conselhos são medidas importantes por se configurarem como instâncias participativas, com representatividade, para auxiliar governos na construção de políticas públicas¹⁵.

¹ Adota-se o termo LGBTI+ por ser o termo mais consensual do movimento no Brasil¹³.

Apesar do Brasil afirmar direitos e propor políticas para a população LGBTI+, isso não significa que elas sejam completamente implementadas e cumpridas. Diversos autores têm tecido críticas sobre sua efetivação, além de apontarem sobre suas dificuldades, limites e entraves enfrentados pela população LGBTI+ no acesso aos seus direitos¹⁶⁻¹⁸. Também, tem ocorrido um debate importante sobre as políticas e ações serem pautadas pelas identidades, sem considerarem outros marcadores sociais da diferença¹⁹.

As jovens mulheres trans, entre o conjunto de pessoas LGBTI+, encontram-se ainda mais inviabilizadas pela carência de estudos específicos, motivo pelo qual foi a população escolhida para esta pesquisa. O interesse ainda se pauta no estudo de Duque²⁰ sobre adolescências travestis que reflete sobre distinções intergeracionais, com diferentes experiências, reivindicações e de construção de suas identidades.

Estudar sobre os processos de inclusão social de jovens mulheres trans remete à problematização sobre: a afirmação de seus direitos; a promulgação de políticas inclusivas e a garantia de sua implementação, eficiência e celeridade; os modos de enfrentamento dos preconceitos, discriminações e violências; a capacitação de profissionais da saúde, educação, assistência social e cultura para o oferecimento de acolhimento, escuta e serviços apropriados e; a construção de ações emancipatórias que afirmem o direito à existência das pessoas trans e a uma vida digna e plena.

Estas questões moveram a construção da pesquisa, cujos resultados parciais são aqui apresentados, e que objetivou conhecer as experiências de vida de jovens mulheres transⁱⁱ e os desafios para a inclusão social e o acesso aos direitos. Este artigo apresenta a categoria temática: *Eu vou procurando esses lugares mais fáceis de conviver com as pessoas*: reconhecimento, acesso a direitos e participação social.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo exploratório de caráter qualitativo realizado através de entrevista aberta de aproximadamente 1 hora de duração com duas perguntas: *Como é ser uma mulher trans/travesti na sua história de sua vida? Como ser uma mulher trans/travesti tem afetado seu cotidiano e impactado seus direitos?* Por amostra de conveniência, foram entrevistadas em 2022 quatro jovens mulheres trans de 20 a 26 anos, residentes da zona leste da cidade de São Paulo; duas solicitaram realizar a

entrevista juntas. As interlocutoras foram convidadas a participar da pesquisa a partir de levantamento de usuárias do Serviço de Atenção Especializada (SAE) Cidade Líder II e no referido território com o auxílio dos agentes de prevenção do serviço. Para garantia de sigilo, são aqui nomeadas de Priscila, Tiphany, Sasha e Zuri. Duas se declararam negras, uma parda e uma branca. Todas completaram o Ensino Médio. A pesquisa seguiu os preceitos éticos: obteve autorização prévia do serviço e da prefeitura do município e foi aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina e da Prefeitura Municipal de São Paulo, respectivamente sob os CAAEs: 41821821.9.0000.0068 e 41821821.9.3001.0086. A cada interlocutora foram explicados o tema da pesquisa, os procedimentos e colhidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos.

As entrevistas foram transcritas e textualizadas, ou seja, foram retiradas as perguntas disparadoras e elaborado um texto corrido configurando uma narrativa das interlocutoras. Após, foi realizada a análise temática reflexiva²¹ que reconhece e valida a inevitável subjetividade do processo de codificação e análise e do papel ativo e criativo do pesquisador em codificar e gerar temas. Foram elaboradas duas categorias temáticas, neste artigo apresentaremos a segunda categoria “*Eu vou procurando esses lugares mais fáceis de conviver com as pessoas*iii: reconhecimento, acesso a direitos e participação social” foi subdividida nas três categorias aqui apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar em inclusão social e acesso a direitos de jovens mulheres trans remete ao necessário processo de reconhecimento social que acontece no âmbito da escola, do trabalho e no acesso a serviços sociais e de saúde. O não reconhecimento, a discriminação e as violências constituem uma presença constante no cotidiano das interlocutoras, que também narram as resistências, as solidariedades, o respeito e os processos sociais mais justos e dignos que começam a se compor na sociedade brasileira.

^{iv}EU SOU, EU QUERO, EU VOU ESTAR NESSE ESPAÇO!

Para que o direito à educação de pessoas trans possa ser garantido, há que se produzir movimentos

ⁱⁱ Optou-se por utilizar a denominação mulheres trans como termo guarda-chuva para incluir travestis, mulheres transexuais e outras pessoas que se sintam com uma identidade de gênero diferente ao masculino designado no momento do nascimento²²⁻²³

ⁱⁱⁱ Para maior amplitude do título deste artigo, optou-se por utilizar-se outra frase de uma interlocutora e não o nome original da categoria.

^{iv} Os subtítulos em itálico são extratos das narrativas das interlocutoras.

de problematização sobre os processos de preconceito, discriminação e violência que sofrem, a fim de garantir que se avance nos direitos dessa população nesse espaço, seja no que diz respeito aos seus modos de existência e ao uso do nome social, seja no direito de utilizar os banheiros sem constrangimento. Antes mesmo de se entenderem enquanto trans, muitas já haviam vivenciado processos de discriminação e violência dentro das escolas por seu jeito de ser, por serem mais afeminadas.

Eu tive mais problema no meu ensino fundamental do que no ensino médio pelo fato de eu já ser afeminada. Desde criança eu era muito feminina, muito garota, mas só que eu entendia que aquilo era meu jeito. E pras outras pessoas, pros meus colegas de classe aquilo não era normal. Então fui bastante julgada, bastante zuada, sabe aquele bullying de escola de ensino fundamental? Passei bastante por isso (Sasha).

A escola é parte importante do processo de socialização. Conforme as jovens vão se entendendo como trans, também vão se assumindo e mudando modos de ser e de se vestir na escola. Mudanças muitas vezes não aceitas.

“Gente, não faz sentido ela tá de sutiã, vamos bater nela, ou vamos fazer alguma coisa para consertar ela” Então minha vida foi de extremo afrontamento, de chegar e falar “Eu sou, eu quero, eu vou estar nesse espaço” (Zuri).

Além do bullying, as violências institucionais também estão presentes. O respeito ao nome social é importante para a garantia de direitos e novamente há diversas barreiras para sua utilização.

Nome social também não tinha. Eu pedia para colocar nome social. E o pessoal falava: “A gente não vai por porque você não colocou no RG, tá no RG?” Ai eu: “Como assim tá no RG? É nome social, você sabe o que é nome social?” Eu ficava toda hora nessa pauta. Nome social é nome social, social, não é de registro (Zuri).

Uma das dificuldades está no fato de muitas escolas exigirem uma autorização dos responsáveis para sua alteração.

Na escola esse processo de ter que mudar [o nome] e ter que ter a assinatura de pai, mãe, vô, cachorro, papagaio, periquito, todo mundo tem que aceitar que você é pra você poder ser, sabe? (Priscila).

O uso do banheiro também é uma pauta que necessita de maior discussão dentro das escolas. Há as dificuldades com os outros estudantes e falta uma diretriz específica, com muitas escolas tentando arrumar um modo que seja mais confortável para todos, o que muitas vezes acaba por excluir as estudantes trans que querem utilizar o banheiro.

Ele (diretor) falou para mim usar o banheiro quando ninguém tiver vendo. Eu falei: “Ah tá, então eu mando no meu xixi, quando eu quero fazer, eu falo ‘Ai, tem alguém, não tem? Vou entrar’”. Não é isso, né (Zuri).

Seu uso muitas vezes também gera processos de discriminação e violência dentro das escolas.

Não frequentava banheiro. Eu já tinha aquela rejeição de banheiro. Porque se eu entrava no banheiro masculino tinha o assédio ou se não tinha aquilo: “Você tá fazendo o que aqui?” E eu também não queria entrar no banheiro feminino porque eu não me sentia feminina o suficiente pra tá no feminino (Tiphany).

Quando eu comecei a me identificar como uma mulher trans eu exigi que eu usasse o banheiro feminino. Pra quê? (...) Ai eu usei uma vez o banheiro feminino, as meninas que estavam lá dentro reclamaram para o diretor, reclamaram para os meninos da sala. Na hora da saída foi um caos, todo mundo brigando comigo e eu saindo horrorizada, tive que sair com pessoas do meu lado para que não apanhasse mesmo, não sofresse, não morresse talvez, e aí no dia seguinte eu fui usar o banheiro novamente porque eu sou peituda mesmo e sou caruda. (...) E aí eu fui entrar de novo pra, pra ir no banheiro, fizeram uma barreira para mim, falaram: “Você não vai entrar” Pegaram, fizeram uma corrente humana pra mim não entrar no banheiro e foi essa briga. As meninas que vieram comigo, que tavam comigo né, porque eu não estava sozinha, nunca, em nenhum momento eu estava sozinha, nossa, foi uma briga, porque elas me empurravam para dentro, eles me empurravam para fora e eu tava no meio, tipo eu não sabia o que fazer, ficava sufocada (Zuri).

E em muitos casos a alternativa encontrada pelas pessoas é não utilizar os banheiros.

Eu comecei a segurar o xixi e ficava 6 horas dentro da escola sem fazer xixi, sem fazer nada. Isso começou a dar complicação, comecei a ter infecção de urina e tals, porque segurava muito xixi. Evitava tomar água, então minha

pressão caía toda hora e tals, ficava nisso. Eu passei por muitas coisas assim (Zuri).

Eu só queria usar o banheiro. A única coisa que eu queria era usar o banheiro (Zuri).

Entretanto, a escola não foi apenas descrita como lugar de preconceito e isolamento de jovens trans, mas como espaço de fazer amigos e estabelecer redes sociais importantes para o processo de transição.

Meu momento na escola foi legal porque eu conheci muita gente que me apoiava, conheci muita gente que tava lá para me ajudar, conheci gente que entendia do assunto de pessoas trans. Não conheci mulheres trans lá dentro, mas conheci homens trans que me ajudaram muito nessa transição. Era aquela transição de também: Tô me transicionando. Então vamos conhecer, vamos conhecermos juntos (Zuri).

Conforme as pessoas trans vão assumindo sua identidade de gênero, questões como o nome utilizado, o banheiro usado, a discriminação e a violência em relação aos seus modos de existência, passam a fazer parte de suas vidas e precisam ser enfrentadas pela escola para que não haja evasão dessas pessoas. É preciso evitar que jovens trans venham a experimentar a escola como um ambiente hostil, traumático e violento, e que venham a desenvolver resistências a voltar para esses ambientes. É preciso ainda garantir que sua permanência escolar resulte em processo de fortalecimento e formação pessoal.

A utilização do banheiro por pessoas trans parece um tópico sensível, com muitas escolas sem saber como lidar com ele. Apesar de soar como uma simples necessidade básica, Preciado²⁴ auxilia a fazer uma reflexão sobre este espaço, pensando-o como cabines de vigilância do gênero. Para o autor os banheiros são espaços de tecnologia de gênero nos quais se produz e reitera masculinidades e feminilidades, reproduz-se os gêneros. Corpos que fogem a matriz cisheterossexual logo são reconhecidos e não podem habitar esses espaços²⁴. Essa pode ser uma reflexão para auxiliar numa construção mais inclusiva desses ambientes.

Entretanto, a escola não é só um lugar de marginalização. Ela também se mostra como um lugar de potência, de experimentação de outras expressões de gênero e de construção de redes sociais de suporte. As interlocutoras inclusive mostram como foi um lugar importante para a

criação de laços sociais que as ajudaram nos enfrentamentos nos espaços escolares e as fizeram sentir-se menos solitárias, e mais acolhidas e apoiadas. Franco e Cicillini²⁵, ao estudarem sobre professoras trans também trazem a reflexão como essas professoras se tornam importantes para a presença e permanência de estudantes trans, seja pelas discussões que suscitam na escola, seja por servirem de inspiração.

Freitas, Bermúdez e Mércan-Hamann²⁶ mostram como um projeto de promoção à saúde nas escolas, com jovens LGBTI+ sendo protagonistas e coordenadores, foi importante no fortalecimento deles. Iniciativas assim, podem auxiliar a pensar modos de apoiar estudantes trans a continuarem nos espaços escolares e fortalecerem-se enquanto grupos.

A escola é um lugar importante na construção da vida de uma pessoa, se nela já houver uma marginalização ou processos de desigualdade isso reverbera em outros aspectos da vida da pessoa²⁷. Afinal, a escola tem um papel importante em nossa sociedade como lugar de socialização, participação e inclusão social, além de lugar de oferecimento de processos educacionais que possibilitam a mobilidade social em sociedades de classe hierárquicas e estratificadas²⁵. Portanto, pode ser o lugar da reprodução social do preconceito e da discriminação, mas também o espaço do acolhimento e da produção de mudanças sociais, onde a solidariedade e o respeito podem ser constituídos enquanto bem comum. Apesar das condições atuais serem melhores do que no passado, quando muitas pessoas trans não frequentavam a escola ou tinham que esconder seus modos de existência, os desafios contemporâneos vão no sentido da construção e sustentação do respeito em relação à diferença e à diversidade para que este seja um espaço de coexistência.

ELES FALAM QUE É UMA EMPRESA INCLUSA^v NÉ, MAS NÃO

O trabalho ainda é uma etapa difícil na vida de mulheres trans. Há muitas dificuldades em se inserir no mercado formal de trabalho. Mesmo que em São Paulo haja programas como o Transempregos²⁸ e o Transcidadania²⁹, a inserção dessa população enfrenta inúmeras barreiras com pessoas trans recorrendo a outras formas de trabalho.

Logo nas entrevistas de seleção podem aparecer empecilhos, mudando o curso delas quando desembocam no assunto da identidade de gênero.

A gente foi para a sala de reunião para conversar, pra fazer a entrevista bonitinho, que primeiro era a provinha

^v Com o sentido de inclusiva.

e depois a entrevista. E no meio da entrevista tinha lá, homem cis, mulher trans, e ela sempre pergunta porque é protocolo né, mas na cabeça dela tinha certeza que eu era um homem cis, né. Aí ela perguntou, aí falei: “Sou uma mulher trans”. Aí ela: “Ah, você é uma mulher trans. Eu falei: “Sou” Aí ela: “Ah”. Aí você vê que o curso da entrevista vai mudando. As perguntas começam a ser outras. E aí você vê tipo, parece que ela nem quer mais fazer a entrevista. Ela só tá ali lendo o protocolo (Priscila).

Mesmo quando as jovens trans são aceitas em entrevistas, há toda a parte de documentação que, em muitos momentos, gera entraves.

Sempre tinha algum empecilho. Ou era pronomes que erravam, ou era tipo “Me dá sua carteira de trabalho”. Minha carteira de trabalho não tá retificada, então, pegavam, liam lá e “Tá, vamo coloca o nome que tá aqui tá bom?” Aí eu: “Não, não quero”, e aí eu sempre desistia porque não me contemplava (Zuri).

Até mesmo os programas, como o Transempregos²⁸, muitas vezes não preparam as empresas para receberem as pessoas trans. Há também empresas com discursos inclusivos que nem sempre o são.

Entrei no Extra pelo Transempregos, sofri transfobia no Extra. Antes de eu entrar no Extra eles revelaram meu nome velho. Falaram: “O nome dela é tal”, mas chama ela de tal, sabe? Várias coisas tipo “Ela vai entrar no banheiro feminino? Não, vou me sentir incomodada” (Sasha)

Eu já enfrentei muita transfobia naquela empresa. Eles falam que é uma empresa inclusiva né, mas não são (Sasha).

Mesmo com a inserção no mercado e às vezes com a anuência e apoio daqueles que contratam, o corpo trans torna-se alvo de fragilização nesse espaço. Pois se também não há apoio dos seus colegas de trabalho, muitas vezes é difícil se manter nele.

Teve um certo dia que eu cheguei lá, conversava com todo mundo, falava com todo mundo normal, cheguei lá e nenhum funcionário estava falando comigo. Eu me dirigia a alguns funcionários e eles não falavam comigo. Viravam as costas, saíam. Literalmente não falavam comigo. Só uma funcionária, da outra loja que era de fantasia, que eu trabalhava nas duas, que tava

falando comigo. Eu achei aquilo muito estranho, muito estranho. E foi assim, foi passando os dias e ninguém falava comigo. Eu comecei a ficar mal, chegava em casa eu chorava, quem falava comigo só era a dona. Male, male o dono, entende? E aquilo foi me incomodando e eu infelizmente pedi para sair. Eu não ia aguentar ficar ali daquela forma. Com as pessoas me tratando daquela forma, com indiferença. Você fazer uma pergunta e a pessoa vira as costas e sai. Como se eu não existisse. E eu me perguntando o que eu fiz né. Porque a gente se culpa (Tiphany).

Eu chegar na empresa [e receber] uns comentários assim muito desnecessário, eu quebrava o pau mesmo, eu quebrava o pau na frente de todo mundo. Também se eu tô dentro da empresa, eu subia lá em cima no RH, batia na porta do RH, chamava supervisora, chamava diretoria (Sasha).

A prostituição ainda se mostra como um trabalho, assim como em gerações anteriores. Mesmo sem regulamentação é um modo de arcar com os gastos da vida e nela não há a discriminação que sofrem em outros ambientes de trabalho.

Depois que eu comecei a transição muitas portas se fecharam, né. É bem complicado. Emprego é a primeira delas. Eu acho que todas as gatas passam por isso. Foi o que me jogou para a prostituição. Foi o que acabou fazendo com que eu fosse garota de programa. Eu comecei com 21 a fazer programa, eu senti a necessidade por falta de oportunidade mesmo, falta de emprego (Tiphany).

Ela [mãe] também sabe o que eu já passei, que eu já fiz programa, que faço programa também. Ela sabe disso. Não é minha grande fonte de renda, mas durante uns dois anos foi a minha maior fonte de renda, sabe? De eu me anunciar em site e de eu fazer programa. Pagar aluguel e sobreviver e comer só com dinheiro de programa. Então ela viu que eu não tenho vergonha também de falar, pra ela e pra minha família. Porque foi o que me manteve viva durante um tempo (Sasha).

“Você não tem medo de gritar e discutir alto. Você vai perder o seu emprego”, eu não tenho medo. A esquina uma hora ou outra pode me abrigar, me dá dinheiro, o dinheiro é de menos. E a minha dignidade como ser humano, sabe?” (Sasha).

Assim, cada uma vai pensando e elaborando estratégias para estar em espaços mais acolhedores no mercado de trabalho.

Sobre trabalho eu só tenho 3 empregos porque um não me contemplava, sabe? E nenhum deles são CLTs tá? Só pra ficar ciente. Porque um é ONG, outro é bolsa e o outro é por conta, por CNPJ e eu tive que abrir o MEI, então é isso, sabe. O pessoal não contrata, não querem, a não ser que for uma vaga específica pra pessoas trans, uma vaga específica pra pessoas racializadas pretas, indígenas. Então tem lugares específicos que eu posso acessar e tem lugares que não (Zuri).

Hoje eu fico tentando arrumar empregos que eu já sei que são fáceis de arrumar. Tipo aqui eu sei que é um lugar de formação cultural, é um lugar de cultura. Então eu já vim aqui. Ai lá onde eu tô trabalhando agora, a mesma coisa. É pesquisa de mulheres trans, então lá também daria. E aí eu fico procurando aonde dá para se encaixar. Eu nunca procurei programa social voltado para trans. Sei quais são, mas nunca frequentei. Eu vou procurando esses lugares mais fáceis de conviver com as pessoas (Priscila).

Vemos que mesmo com leis, políticas e programas voltados a essa população, ainda é difícil se inserir no mercado formal de trabalho. A discriminação aparece desde as entrevistas até o registro formal de documentação e mesmo quando há a contratação ainda existe o preconceito nos ambientes de trabalho. Outros tipos de trabalho como os trabalhos em organizações não governamentais e a prostituição, seguem sendo formas dessa população poder ter recursos financeiros. Como o apontado por pesquisas realizadas na área³⁰⁻³¹⁻³².

O que as interlocutoras trazem corrobora com o encontrado em literatura, apesar de não haver muitas pesquisas que se debrucem sobre as pessoas trans em ambientes de trabalho. O subemprego, a informalidade ou atividades relacionadas à beleza, entretenimento, arte ou *home office* acabam por ser afazeres que mulheres trans buscam mais para tentar burlar as dificuldades no mercado de trabalho³⁰

Outra forma de tentar inserir-se no mercado de trabalho é utilizar da aparência e da passabilidade, encobrindo sua identidade trans. No entanto, se não houver a alteração do nome, rapidamente essa identidade é revelada³². Mesmo quando a pessoa já está inserida num trabalho e inicia o processo de transição, surgem dificuldades, seja pelo preconceito no ambiente de trabalho,

seja pelas ausências que podem ocorrer pelo processo de transição; muitas vezes o que ocorre é a demissão da pessoa após ela se revelar trans.

Na sociedade capitalista, ter trabalho e renda é de extrema importância para o acesso a bens materiais e imateriais. Políticas de inserção no trabalho e de redução das discriminações são fundamentais para a inclusão social e a dignidade da vida das pessoas trans. Mas, como nossa interlocutora nos aponta, não dá para fingir ser uma empresa inclusiva, é preciso que sejam de fato garantidas a oportunidade, existência e permanência dessas pessoas no trabalho.

TRAVESTI É SHOW

O acesso à atenção à saúde pelas pessoas trans ainda enfrenta muitas dificuldades. São diversas as barreiras de acesso encontradas, acontecendo preconceitos e discriminações em vários serviços, sejam manifestados por profissionais ou por outros usuários. Há também falta de conhecimento e formação para lidar com pessoas trans, de modo a garantir a integralidade da assistência à sua saúde com escuta e acolhimento qualificados. Os processos burocráticos também dificultam o acesso, já que alguns protocolos instituídos podem interferir no uso do nome social.

Já falei isso para mim no SUS e tal: Olha, você não pode fazer esse exame". Eu fui fazer endoscopia para ver se tava com H. Pylori. Cheguei lá com a ficha com nome social e com o RG de nome de registro. "Você não retificou?" Falei: "Não, não retifiquei". Ai ele falou: "Ah, é que aqui precisa do nome no RG". Ai eu falei: "Tá, você sabe o que é nome social?" (...) E eles falaram: "A gente vai ter que pedir para você voltar lá e refazer essa ficha". Eu voltei, mas que bom que eu fiz no mesmo dia, porque eu não aceitei, eu falei: "Então eu vou lá, vou fazer essa ficha novamente e vou voltar aqui". Ele falou: "Você tem até às 8 horas". Eu fui lá, fiz tudo bonitinho, voltei, deu tempo certinho, fiz o exame bonitinha, porque eu não deitei [com o sentido de "eu não me submeti"] (Zuri).

A falta formação profissional para lidar com corpos trans e para realizar o acolhimento são sentidos pelas interlocutoras como obstáculos ao acesso ao cuidado em saúde.

Eu acho que as pessoas deviam se informar mais. Eu acho que as pessoas deviam estudar, estudar mais pra lidar com nossos corpos (Tiphany).

Tiveram duas únicas pessoas que me abraçaram. Um outro também, um amor de pessoa, sabe como falar, sabe como tratar. Mas eu senti essa carência. Talvez também seja por isso que as meninas [trans] não procuram tanto, tem medo de ir, entende? Eu acho que é por conta desse tratamento, é o medo, elas sentem medo (Tiphany).

Quem entende do assunto, quem sabe do assunto entende o que é e tá tudo bem. Mas pra outros não, tem outros que, meu Deus do Céu, são transfóbicos, que se conseguirem tirar da última gota a transfobia eles tiram, eles conseguem (Zuri).

Os constrangimentos que vivenciam nos serviços, como o diálogo entre Tiphany e Sasha demonstram, são obstáculos ao cuidado em saúde ainda presentes.

Tiphany: Teve uma vez que eu fui que minha garganta tava muito inflamada e eu fui tomar uma Benzetacil ali no posto e eu virei atração do posto. Fui tomar uma Benzetacil, tava com a garganta inflamadíssima, aí uma auxiliar viu eu usando calcinha, aí ela veio chamou a outra auxiliar e falou assim: “Olha, olha, vem ver a tanga dela, vem ver a calcinha dela”. Tipo, quando eu vi tinha umas 6 auxiliares dentro da sala, sabe? Aquela coisa, me tratando como show, como atração ali mesmo.

Sasha: Travesti é show, né?

Tiphany: (...) Nunca que outro paciente, um paciente cis, elas iam chamar e ia fazer aquele encontrinho todo que elas fizeram comigo. E tem também a parte da privacidade né, eu tava ali pelada, tipo só ia tomar uma injeção. Eu me senti um pouco desconfortável nesse dia.

As interlocutoras apontam que tais situações são agravadas pela falta de profissionais trans nos atendimentos à saúde para essa população e que sua existência nos serviços poderia ser um modo de tornar o ambiente mais acolhedor.

Acho que faria muita diferença ter pessoas trans nos serviços, sem sombra de dúvida. Tanto SAE quanto CTA [Centros de Testagem e Acolhimento] têm muita carência de pessoas trans. Eu fui começar a minha hormonização no posto especializado e eu vi uma diferença no tratamento que você não tem ideia. Lá tem pessoas trans e não binárias, eu fui super bem tratada. Desde a recepção. Algumas pessoas que estão lá na recepção são trans e não binária e faz toda a diferença, toda a diferença (Tiphany).

Afora as questões referentes à qualidade do acolhimento recebido, há as especificidades do acesso aos serviços de saúde pelas pessoas trans como a busca da hormonização, cujos serviços do município de São Paulo e fluxos de encaminhamento são pouco conhecidos pelos profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Eu já fui num postinho dar entrada no meu processo de hormonioterapia pelo SUS e eu cheguei, ninguém sabia nada, ninguém sabia pra onde me mandar, ninguém sabia quais exames pedir. Eu já cheguei também a ir em hospital particular quando eu tinha convênio, tentar dar entrada na hormonioterapia, passar com endocrinologista para ele me pedir os exames e tudo, pra eu começar dar entrada nos hormônios e a endocrinologista virou pra mim e falou assim pra eu perdoar ela porque ela não sabia, ela não tinha experiência com transexuais e não saberia nem quais exames me pedir pra dar entrada na minha hormonioterapia e foi ela que me mandou para o SUS, mas me mandando para o SUS, teve essa disparidade aqui novamente de documentação, do que eles iam me pedir, ou não, tiveram que ligar para um posto especializado e eles mandaram um e-mail pedindo todos os exames pro clínico receitar pra mim todos os exames que deviam ser feitos. Então assim, mais a desinformação mesmo (Tiphany).

Além das questões do desconhecimento, há obstáculos trazidos pela organização do processo que requer a realização de exames e procedimentos em regiões distintas da cidade de São Paulo. A ausência de atenção à saúde mental é também apontada como relevante.

Eu tô até hoje sem me hormonizar porque não tô conseguindo ter isso na minha mente. Claro que eu quero, que eu vou fazer e tal. Mas não pretendo agora me hormonizar, quando eu pretendi foi uma luta fudida assim, sabe, de ir pra tal lugar, ir pra Santa Cecília, ir, voltar, e remarcar e remarcar, porque eu não fui. Era rolê atrás de rolê. Eu nunca tive esse acesso assim, de conseguir hormônio gratuito, de conseguir fazer tudo gratuitamente, de conseguir me hormonizar, conseguir fazer os exames, não consegui (Zuri).

Minha mãe me levou num posto aqui na zona leste. Eu comecei fazer o exame, cheguei até a fazer mamografia dos meus peitos, lá na zona sul. Mas não fui buscar os exames, aí eu desisti. Não é que eu desisti, eu tava trabalhando, tava com várias coisas pra fazer, então eu falei: “Ah não, eu não vou conseguir dar conta”,

ai eu não dei continuidade. Isso foi fogo né, deveria ter dado continuidade. Risos. Ai agora pra mim remarcar de novo tem que marcar uma sessão com psicólogo, marcando uma sessão com psicólogo, eu teria que ir e ai vai pedir uma carga de exames né. E a psicóloga também lá do posto já tá ficando cansada de tantas vezes eu ir lá, desmarcar, ir lá desmarcar. Porque bate aquele desânimo, eu não sou a única que desanima, muitas desanima, muitas perde o encanto das coisas (Sasha).

Eu acho que devíamos ter acesso à psicologia e psiquiatria mais facilmente, porque nós pessoas trans temos demandas de problemas de saúde mental, temos demanda de saúde mental, temos demanda de precisar desabafar com pessoas que entendem do assunto. E também que seja profissionais trans que me atendam e que sejam profissionais trans também. E que seja gratuito e de fácil acesso. Porque eu tô vendo que o que nos falta também é saúde mental, o que tá faltando para a população LGBT é saúde mental, porque a gente não tá tendo nenhuma, nenhuma real (Zuri).

As narrativas das interlocutoras puderam mostrar como o preconceito, a discriminação e o constrangimento ainda estão presentes no acesso de pessoas trans ao SUS. Ainda, evidenciaram as burocracias, a falta de informação sobre protocolos e encaminhamentos na RAS, a insuficiente capacitação profissional para o cuidado a essa população e a ausência de profissionais trans nos serviços. Os acompanhamentos em saúde mental e para a hormonização, demandas importantes das pessoas trans, seguem negligenciados, necessitando que seus processos e fluxos sejam estabelecidos com maior eficiência e celeridade.

Tais questões e obstáculos ao acesso à saúde de pessoas trans já foram largamente discutidos pela literatura³³⁻³⁵, sendo recorrentes os exemplos de discriminação de pessoas trans por profissionais e usuários, o não respeito ao nome social e a falta de formação dos profissionais para atuarem com essa população. O desrespeito ao nome social^{34,35} é uma questão importante que necessita ser enfrentada, considerando que seu uso é o primeiro indicativo para pessoas trans de estarem em um lugar que as reconhece e respeita.

A insuficiente formação dos profissionais da saúde em temas ligados a gênero e sexualidade também tem sido apontada como obstáculo ao acolhimento e cuidado aos corpos trans³³⁻³⁵. Rocon, De Barros e Rodrigues³⁶ fazem uma crítica importante sobre a formação, tentando pensar em modos de capacitação de profissionais que, além apresentar conteúdos, modos de fazer e protocolos, possibilitem um aprendizado pela ação que seja realizado juntamente com pessoas trans.

O financiamento das políticas para LGBTI+ ainda é escasso e muitas vezes sem valor especificado³⁶, o que resulta em outras políticas ficarem com a maior parte dos recursos; esta é uma questão que necessita de enfrentamento político.

Financiamento, capacitação, respeito, não discriminação, acolhimento são necessários para que pessoas trans possam acessar melhor os serviços de saúde. Além disso, ouvir atentamente essa população e trabalhar para que participem politicamente de espaços de decisão são atitudes necessárias na construção de um SUS mais humanizado e que possa cumprir com os princípios da universalidade, equidade e integralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso a direitos e os processos de inclusão social de jovens mulheres trans são temas que continuam a demandar enfrentamentos sociais e políticos, bem como a realização de pesquisas. Afinal, são diversos os processos de opressão e reificação de pessoas, atitudes discriminatórias e violentas em relação a esta população. A pesquisa possibilitou apresentar alguns destes processos, mas também as estratégias e modos de resistir utilizadas pelas interlocutoras ao manifestarem seu direito à existência e a uma vida digna e plena.

Diversos tem sido os avanços e retrocessos, as disputas enfrentadas pela sociedade civil e os movimentos sociais da população LGBTI+ nos últimos anos. Os processos de luta por direitos são fundamentais para que pessoas trans possam viver de forma mais digna e com um acesso mais igualitário aos bens sociais, materiais e imateriais. Cabe aos profissionais da saúde, da educação, da assistência social e da cultura afirmarem seu compromisso ético-político e se capacitarem para o desenvolvimento de práticas mais justas, acolhedoras e emancipatórias para esta população.

Participação dos autores: Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, redação e revisão do texto e aprovaram sua versão final. O primeiro foi responsável pela realização da pesquisa.

Agradecimentos: Agradecemos às interlocutoras dessa pesquisa que compartilharam conosco um pouco de suas histórias e experiências.

REFERÊNCIAS

1. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Org). *Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo*. São Paulo: Annablume; 2021.
2. Sousa PJ, Ferreira LOC, Sá JB. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. *Ciênc Saúde Colet*. 2013;18(8):2239-51. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800008>
3. Romano VF. As travestis no programa saúde da família da Lapa. *Saúde Soc*. 2008;17(2):211-19. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200019>
4. Lionço T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*. 2009;19(1):43-63. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>
5. Monteiro S, Brigeiro M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cad Saúde Pública*. 2019;35(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00111318>.
6. Rocon PC, Rodrigues A, Zamboni J, Pedrini MD. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciênc Saúde Colet*. 2016;21(8):2517-25. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.
7. Rocon PC, Sodré F, Zamboni J, Rodrigues A, Roseiro MCFB. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface*. 2018;22(64):43-53. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>
8. Brasil. Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. 2008. Brasília, DF. <http://www.conferencianacionalgblt.com.br/sobreConferencia.php>
9. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707, 18 agosto 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão [Internet]. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2008 [citado em 2025 Jan 27]. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html#10. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803, 19 novembro 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013 [citado em 2025 Jan 27]. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html
11. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.836/GM, de 1 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) [Internet]. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2011 [citado em 2025 Jan 27]. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html
12. Brasil. Decreto n. 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional [Internet]. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2016 [citado em 2025 Jan 27]. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8727&ano=2016&ato=16aZyU1EeZpWT47c>
13. Quinalha R. Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica; 2022.
14. Brasil. Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos - Direito das pessoas LGBTQIAP+. Brasília, DF: STF; 2022. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>.
15. Brasil. Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; 2024.
16. Mello B, Avelar RB, Maroja D. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. *Soc Estado*. 2012;27(2). <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>
17. Mello B, Brito W, Maroja D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cad Pagu*. 2012;(39):403-29. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>
18. Pereira CF. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. 2016;4(1):115-37. <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307/168>
19. Colling L. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea*. 2013;3(2). https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4855975/mod_resource/content/1/Igualdade%20e%20Diferen%C3%A7a.pdf

20. Duque T. Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência [dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas; 2009. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6702>
21. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol.* 2006; 3(2):77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
22. Grinsztejn B, Jalil EM, Monteiro L, Velasque L, Moreira RI, Garcia AC, et al. Unveiling of HIV dynamics among transgender women: a respondent-driven sampling study in Rio de Janeiro, Brazil. *Lancet HIV.* 2017;4:169-76. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25788>
23. Magno L, Silva LAV, Veras MA, Pereira-Santos M, Dourado I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. *Cad Saúde Pública.* 2019; 35(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00112718>
24. Preciado P. Lixo e gênero, mijar/cagar, maculino/feminino. Giordano D, Helder HD, tradutores. *Performatus.* 2019;7(20). https://performatus.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Paul-Preciado_ed20_eRevistaPerformatus.pdf
25. Franco N, Cicillini GA. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Rev Estud Fem.* 2015;23(2). <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
26. Freitas S, Bermúdez XPD, Mércan-Hamann E. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. *Saude Soc.* 2021;30(2). <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190351>
27. Xavier TPO, Vianna C. A educação de pessoas trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. *Educ Real.* 2023;48:e124022. <https://doi.org/10.1590/2175-6236124022vs01>
28. TransEmpregos. Quem somos [Internet]. [S. l.]; c2021 [citado 2024 Set 1]. <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>
29. São Paulo. Decreto nº 55.874 de 29 de janeiro de 2015. Nova regulamentação do programa transcidadania e institui e inclui, no calendário de eventos da cidade de São Paulo, o Mês da Visibilidade Trans [Internet]. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2015 [citado em 2025 Jan 27]. <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58227-de-16-de-maio-de-2018>
30. Paniza MDC, Moresco MC. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. *Rev Adm Empres.* 2022;62(3):e2021-0031. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220305>
31. Carrieri AP, Souza EM, Aguiar ARC. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *Rev Adm Empres.* 2014;18(1):78-95. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552014000100006>
32. Baggio MC. About the relation between transgender people and the organizations: new subjects for studies on organizational diversity. *REGE.* 2017;24:360-70. <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/141784>
33. Rocon PC, Wandekoken KD, De Barros MEB, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trab Educ Saúde.* 2020;18(1):e0023469. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>
34. Rigolon M, Carlos DM, Oliveira WA, Salim NR. “A saúde não discute corpos trans”: História Oral de transexuais e travestis. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(suppl 6):e20190228. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0228>
35. Oliveira GS, Salimena AMO, Penna LHG, Paraíso AF, Ramos CM, Alves MS, et al. O vivido de mulheres trans ou travestis no acesso aos serviços públicos de saúde. *Rev Bras Enferm.* 2022;75(suppl 2):e20210713. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0713pt>
36. Rocon PC, De Barros MEB, Rodrigues A. A formação dos(as) trabalhadores(as) da saúde na construção de um acesso à saúde integral, equânime e universal à população trans. *Proposições.* 2022;33:e20190083. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0083>

Recebido em: 29.08.2024

Aceito em: 05.12.2024

